

NORDESTE MINERAIS CRÍTICOS



Observatório
da Mineração

PANORAMA ● DADOS GERAIS

NOVA FRONTEIRA da transição

O Nordeste concentra os investimentos em renováveis do país e virou fronteira da corrida por minerais críticos.

É a segunda região com mais processos minerários sobre assentamentos rurais —

40% DO TOTAL NACIONAL, ATRÁS APENAS DA AMAZÔNIA LEGAL.

Estudo do SGB reforça o forte potencial regional.

COBRE E LÍTIO em números

Nos nove estados, o cobre soma 536 requerimentos sobre 278 assentamentos e o lítio, 288 processos sobre 166.

A corrida do cobre é liderada pela chilena **Codelco** (126 pedidos), seguida da **Nexa/Votorantim** (91) e da australiana **Fortescue** (52); o lítio está pulverizado. No pano de fundo, a AIE **projeta déficit de oferta de cobre e lítio até 2035**, com o hiato do cobre em ~25% da demanda.

Terras raras:

Dos **187 processos** de terras raras sobre **96 assentamentos no país**, a **Bahia** lidera (**88**), seguida de **Pernambuco** (21) e **Paraíba** (8).

Mais da metade está no Nordeste.

Estados mais pressionados:

Somando os minerais de transição, a **Bahia reúne 426 processos** em **188 assentamentos** (manganês, terras raras, cobre e lítio) e o **Ceará, 358 em 177**.

A **Bahia** tem empresa estadual de pesquisa (**Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM**), incomum no contexto brasileiro.

Semiárido e litoral:

No semiárido: cobre em Curaçá e Jaguarari (BA), lítio no sertão baiano e no Seridó paraibano, urânio e fosfato em Santa Quitéria (CE), níquel no sul do Piauí e scheelita/tungstênio no Seridó potiguar.

No litoral: terras raras em argila iônica no extremo sul da Bahia (Itamaraju) e mineração de cimento no litoral sul da Paraíba.

CONFLITOS TERRITORIAIS

Curaçá (BA)

Cobre sobre assentamento. A única concessão de lavra de cobre sobreposta a assentamento incide na gleba **Centro-Oeste do Cacimba da Torre** (criado em 2010, 24 famílias); a concessão saiu em 2018, depois do assentamento. A Caraíba, da canadense Ero Copper desde 2022, lidera a busca pelo cobre na Bahia (106 processos, até 43 assentamentos).

Fundo de pasto (BA)

Estudo na revista Geosul (2023) sobre a mina de cobre Surubim concluiu que a atividade “causa riscos ao uso, posse e gestão das áreas coletivas” e revela “injustiça ambiental” no **Território Tradicional Fundo de Pasto** (15 mil ha, mais de 90 famílias), com empregos escassos e terceirizados e fechamento do comércio local.

Itamaraju (BA)

Terras raras sobre o pau-brasil mais antigo. Os dois processos de terras raras mais avançados em assentamentos estão no Projeto de Desenvolvimento Sustentável **Reunidas Pau Brasil** (48 famílias desde 2009), da Multiverse Mineração, que declarou “excelentes concentrações” em argila iônica em quase 30 mil ha.

O assentamento conserva o pau-brasil mais antigo do país (~600 anos).

Paraíba

Semiárido e litoral. São 81 processos em 51 assentamentos (Nexa 13, Fortescue 7; 33 de cobre e 25 de lítio). Tese da UFPB (2021) mapeou 109 assentamentos (129,5 mil ha) sob interesse de mineradoras. No litoral sul, a mineração já causou desmatamento, erosão, assoreamento e poluição, e três áreas do Incra deram lugar a usinas de cimento.

Santa Quitéria (CE)

Urânio e fosfato há 20 anos em disputa. O consórcio INB–Galvani quer explorar a jazida de colofanito (fosfato com urânio) de Itataia. O projeto já teve licenças anuladas e foi arquivado pelo Ibama em 2019; novo pedido tramita desde 2021.

O Estudo de Impacto Ambiental passou por oito revisões e, em 2025, o Ibama cobrou 37 correções — o nó é a demanda hídrica (89 carros-pipa por hora) num território de escassez.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomendou suspender o licenciamento. Mesmo com licença prévia em 2026, a operação só começaria por volta de 2030.

Chapada Diamantina (BA)

Quilombos contra mineradora inglesa. A Brazil Iron opera 24 horas em Piatã, Abaíra e Jussiape, vendendo minério de ferro como “aço verde”.

Os quilombos **Bocaina** e **Mocó** relatam assoreamento e poluição da nascente do rio Bebedouro, rachaduras e secamento de nascentes. A empresa omitiu a existência do quilombo, negando a consulta prévia, e opera com aval da Agência Nacional de Mineração (AMN) sem licença ambiental adequada.

A **Justiça inglesa** aceitou julgar a ação (103 quilombolas) e proibiu contato com as comunidades; a estatal CBPM é acusada de favorecê-la. No Brasil, a **Defensoria Pública da União (DPU)** move ação civil pública contra a empresa e a AMN, pedindo suspensão e R\$ 5 milhões.

COMUNIDADES AFETADAS

Densidade de povos e comunidades

A Bahia reúne povos indígenas:

- quase 900 comunidades quilombolas
- cerca de 600 de fundo e fecho de pasto, pescadores, ribeirinhos
- ~530 assentamentos

O que multiplica os pontos de conflito com a mineração.

Relatos do MST



Para lideranças do MST na Bahia, os assentamentos já convivem com grilagem, assédio e ameaças, e a mineração “pode agravar a grilagem, as ameaças e a pistolagem”, além dos danos à caatinga.

Zona da Mata e Seridó

Em Pernambuco, a Fetape teme que a mineração agrave a perda de área plantada na Zona da Mata.

Na Paraíba, a Fetag-PB registra impactos de xelita, amianto, ferro e calcário no Seridó e prevê “expulsão das famílias, contaminação das águas subterrâneas, êxodo rural e violência”.

Santa Quitéria: indígenas e quilombolas

A falta de consulta livre, prévia e informada é apontada como ilegalidade central: o **Movimento Indígena Potiguatapuia** entregou protocolo de consulta em 2024 e o reapresentou em 2025, mas relata tentativas da Funai de deslegitimá-lo.

A DPU acompanha o caso.

Seridó potiguar: velha mineração, nova demanda

A retomada do tungstênio (scheelita da mina Brejuí, a maior da América do Sul) ocorre numa região em desertificação, com conflitos crescentes pela água agravados pela mineração.

Sul do Piauí: níquel no semiárido

O **Projeto Piauí Níquel** (Brazilian Nickel, Reino Unido) prevê US\$ 1,4 bilhão, construção a partir do 2º semestre de 2026 e operação em 2029, para níquel e cobalto de baterias, com lixiviação em pilha sem barragem úmida.

Eventuais impactos hídricos e sociais precisarão ser acompanhados de perto.

A NORMA QUE ABRE OS ASSENTAMENTOS



A **Instrução Normativa (IN) 112/2021 do Incra**, editada no governo Bolsonaro e ainda em vigor, é a base legal usada pelas mineradoras para pesquisar e requerer lavra em assentamentos.

A **DPU** ajuizou **ação civil pública** (jun/2025) pedindo sua revogação. Até o momento, porém, a **IN do Incra** foi mantida.

CONSULTA PRÉVIA SISTEMATICAMENTE AUSENTE



Nos casos documentados — **Brazil Iron**, Santa Quitéria, requerimentos sobre **quilombos e assentamentos** —, a consulta prévia (Convenção 169) não ocorreu ou foi contornada.

Brechas normativas e a nova lei do licenciamento facilitam a **extração sem consulta**.

ANM SEM FILTRO E EM CRISE



Quase todos os processos no Nordeste estão em pesquisa, **concedida sem análise socioambiental prévia**.

A **crise** agrava o quadro:

Em junho de 2026 a **PF indiciou o diretor-geral e o alto escalão por organização criminosa (Rejeito e Parcours)**, e leilões viabilizaram operações como a da 3D Minerals, financiada pelo **Banco Master**, que **arrematou centenas de áreas por R\$ 126 milhões — 60 sobre assentamentos**.

ESTADOS COMO PROMOTORES DO NEGÓCIO

Os **governos estaduais atuam mais como facilitadores**: a Bahia assinou protocolo com a Borborema (Brazilian Rare Earths) para plantas de concentrado e separação (R\$ 3,5 bi projetados)

- A **CBPM** é acusada de apoiar a Brazil Iron.
- A **Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)** baiana diz que títulos são competência federal.

INVISIBILIDADE NOS DADOS



Os **cruzamentos subestimam o alcance**: territórios a mais de 8 km dos empreendimentos ficam “invisíveis”, e não há cadastro integrado entre ANM, Incra, Fundação Palmares e Funai que barre títulos sobre territórios tradicionais.

EMPRESAS E PROJETOS EM DESTAQUE

Empresa (origem)	Substância/Projeto	Onde	Situação
Ero Copper / Mineração Caraíba	Vale do Curaçá e Surubim	Curaçá, Jaguarari (BA)	Lavra ativa; 106 processos na BA, 43 assentamentos potencialmente afetados
Codelco do Brasil (estatal do Chile)	Pesquisa	Nordeste (vários estados)	126 requerimentos, líder regional em pedidos
Nexa Resources (Votorantim)	+ outros	Paraíba e demais estados	91 requerimentos no NE; 30 com interferência em assentamentos no país
Fortescue	Pesquisa	Paraíba e outros	52 requerimentos no NE
Indústrias Nucleares do Brasil (INB) + Galvani (consórcio)	+ fosfato Projeto Santa Quitéria	Santa Quitéria/Itatira (CE)	Licença prévia em análise no Ibama; EIA na 8ª revisão; forte contestação social
Brazilian Nickel / Piauí Níquel Metais (PNM)	+ Projeto Piauí	Capitão Gervásio Oliveira (PI)	US\$ 1,4 bi; construção prevista para o 2º sem/2026, operação em 2029
Brazilian Rare Earths / Borborema (Hancock/Gina Rinehart entre acionistas)	Terras raras Rocha da Rocha e outros	Bahia (16 processos sobre 7 assentamentos)	Exploração avançada; protocolo com o governo da BA (R\$ 3,5 bi projetados)
Multiverse Mineração	Terras raras em argila iônica	Itamaraju (BA), sobre o PDS Pau Brasil	Direito de requerer lavra; ~30 mil ha declarados
Brazil Iron	Minério de ferro para “aço verde”	Piatã/Abaíra/Jussiape (BA)	Em operação; ação judicial no Reino Unido movida por quilombolas
Alpha Minerals Brazil	Terras raras Pesquisa	Pernambuco e Goiás	28 requerimentos ativos

INCERTEZAS e cenário de médio prazo

Santa Quitéria como teste

A **decisão do Ibama sobre a licença prévia** — pendente após exigências em abril de 2026 — será um marco: aprovar um projeto de urânio com essa demanda hídrica no semiárido criaria precedente regional; negar consolidaria a inviabilidade hídrica como limite.

Judicialização transnacional

A **aceitação da ação dos quilombolas de Bocaina e Mocó pela Justiça inglesa é importante**: controladoras estrangeiras podem responder em seus países por danos no Brasil, novo risco para as matrizes britânica, australiana e canadense que dominam os projetos.



Especulação / mina

A maioria dos requerimentos está em pesquisa e talvez nunca vire lavra, mas o efeito especulativo já valoriza e grila terras, assedia comunidades e gera insegurança jurídica. **O dado a acompanhar é a conversão de pesquisa em concessão, como em Curaçá.**

PNMCE e o Nordeste

A nova Política Nacional de Minerais Críticos tende a acelerartende a acelerar projetos sem resolver as lacunas apontadas — IN 112/2021, consulta prévia, fiscalização da ANM. **Entidades socioambientais alertam para incentivos sem contrapartidas.**

O que falta saber

Ausência de monitoramento independente do projeto de níquel no Piauí preocupa. os dados de sobreposição não capturam impactos em comunidades tradicionais além de 8 km; e o desfecho das negociações Brasil-EUA pode alterar o ritmo dos projetos de terras raras na Bahia e em Pernambuco.

O que dizem os

ESTUDOS E RELATÓRIOS (2025–2026)



Potencial mapeado pelo SGB

Estudo do SGB (dez/2025) aponta forte potencial de minerais críticos no Nordeste; SGB e CETEM firmaram em 2025 acordo técnico de quatro anos para um documento de referência sobre o tema.



Perspectiva global

O **Global Critical Minerals Outlook 2026 (AIE)** projeta déficit de oferta de cobre e lítio até 2035 e desloca a preocupação de “atender a demanda” para “segurança das cadeias”, quadro que sustenta a corrida por fronteiras como o Nordeste.



Captura pública e especulação

Nota do Transforma/Unicamp (2026): só 0,49% dos processos de minerais críticos estão em lavra efetiva e 88,55% seguem em pesquisa inicial.; as isenções fiscais federais de 2017–2024 (R\$ 47,35 bi) quase igualaram a arrecadação de CFEM (R\$ 46,1 bi), e a captura pública não passa de 3% do valor produzido.

